



Conselho Econômico e Social

Distr.: General
December 2023

Original: Language

Comissão sobre o Status da Mulher Sexagésima oitava sessão

11-22 de março de 2024

**Acompanhamento da Quarta Conferência Mundial
sobre a Mulher e da vigésima terceira sessão especial
da Assembleia Geral intitulada "Mulheres 2000:
igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI"**

Declaração apresentada pela Federação Internacional de Mulheres de Negócios e Profissionais (IFBPW), coassinada por Soroptimist International, Zonta Internacional, Graduate Women International (GWI), Viúvas pela Paz por meio da Democracia, Intercultural Women's Network, Mulheres NC, Comitê para CSW/CEDAW do NC (NC=Carolina do Norte), Mulheres Associadas do Mundo, Unidas pela Equidade e pelo Fim do Racismo e Federação Internacional de Mulheres pela Paz Mundial, organizações não governamentais com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social*.

O Secretário-Geral recebeu a seguinte declaração, que está sendo distribuída de acordo com os parágrafos 36 e 37 da resolução 1996/31 do Conselho Econômico e Social.

* A presente declaração é emitida sem edição formal.

Declaração

De acordo com os relatórios da 78ª Assembleia Geral da ONU sobre mulheres, igualdade de gênero, realizações de projetos e bloqueios institucionais e econômicos, os esforços de redução da pobreza foram prejudicados por mais desastres ambientais, tensão política, guerra e violência, lacunas sociais e financeiras e desigualdades.

Para combater isso, precisamos ter discussões focadas e tomar medidas positivas sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres que abordem as causas da pobreza. Isso inclui o fortalecimento das instituições, das finanças, da segurança e das oportunidades, incluindo o empoderamento econômico de todas as mulheres e meninas. Defendemos a análise dos desafios e das oportunidades de ações colaborativas para atingir as metas e o empoderamento de grupos marginalizados, com atenção especial para migrantes, viúvas, inclusive meninas viúvas, vítimas de violência, mulheres em conflito, mulheres com deficiência, indígenas e mulheres idosas.

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, está seriamente atrasada: em média, está apenas 12% no caminho certo. Para avançar, são necessários desenvolvimentos intersetoriais: a educação e o treinamento são fundamentais para a realização da Agenda 2030. Combater o analfabetismo (2/3 das pessoas analfabetas são mulheres, sem alteração desde 2000) e elevar o nível educacional das mulheres é essencial para eliminar a pobreza. O IFBPW dedica-se a acelerar a igualdade de gênero e a capacitar mulheres e meninas por meio da educação e do treinamento com uma abordagem de aprendizagem contínua. A liderança feminina é fundamental para atingir esses objetivos. A nova Estratégia da UNESCO para Transformar a Educação e o Treinamento Técnico e Profissional (2022-29) responde ao atual contexto global em uma abordagem integrada ao desenvolvimento.

A disparidade global de gênero na participação da força de trabalho deve ser abordada. Há altas estimativas de subutilização do trabalho. A subutilização das mulheres na força de trabalho, principalmente nos países menos desenvolvidos, aponta para dificuldades em encontrar empregos e falta de treinamento. As desigualdades de gênero na renda são tão baixas quanto 29 centavos por dólar para as mulheres em comparação com um dólar ganho pelos homens em países de renda baixa e média. O apoio às mães que trabalham e que inclui creches também é necessário para que haja mais mulheres na força de trabalho.

Apelamos aos Estados Membros que considerem a ratificação e, para aqueles que já o fizeram, a implementação das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho: (No. 204), bem como a Convenção sobre Trabalhadores Domésticos, 2011 (No. 189), sobre trabalho decente para trabalhadores domésticos, a fim de contribuir para o acesso das mulheres à proteção social.

O acesso às tecnologias digitais também é uma barreira importante para meninas e mulheres, com dois milhões de mulheres off-line em todo o mundo. Precisamos capacitar meninas e mulheres para que adquiram habilidades digitais e participem do mundo do trabalho cada vez mais digitalizado, incluindo a participação na formulação de políticas em tecnologias digitais. Entretanto, a rápida tecnologia não está isenta de seus perigos. Sabemos que a tecnologia aumenta as predisposições sociais ao crime e à corrupção. Ela não deve ser usada para exacerbar as desigualdades, descartar a responsabilidade ou permitir o assédio, a violação, a opressão e a vitimização de mulheres e meninas. No atual ambiente digital, a IA (inteligência artificial) está sendo usada por trolls cibernéticos e pelo crime organizado para promover o tráfico sexual e de mão de obra, explorando mulheres e meninas em situação de extrema pobreza, intensificada por desastres climáticos, migração, guerra e viuvez, perpetuando atividades criminosas transnacionais contra mulheres e meninas em todo o mundo.

Dar prioridade a projetos voltados para atender às necessidades e liberdades básicas de meninas e mulheres, inclusive transporte, energia, conectividade digital, oportunidades de crescimento econômico e redução da pobreza promoverá a segurança econômica das mulheres. Devemos defender o desenvolvimento de infraestrutura de apoio por parte de governos e instituições em regiões pobres e carentes. Abordar as disparidades de gênero no emprego, instituições financeiras, mercados, infraestrutura, saúde e bem-estar, estabelecimento da paz e segurança exige que todas as áreas priorizem e, ao mesmo tempo, promovam a redução da pobreza. A nova Estratégia para a Transformação da Educação e do Treinamento Técnico e Vocacional da UNESCO (2022-29) responde ao atual contexto global em uma abordagem integrada ao desenvolvimento. Os objetivos devem erradicar a pobreza em todas as suas formas, combater a desigualdade dentro e fora do país e promover o desenvolvimento sustentável. entre os países, preservar o planeta, criar um crescimento econômico

inclusivo e sustentável, alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas as mulheres e homens, e garantir a igualdade de gênero e a inclusão social.

A meta de igualdade na distribuição de riqueza e no acesso a ativos precisa de engajamento democratizado por meio da tecnologia para ampliar as narrativas globais das mulheres, incluindo o ativismo de grupos marginalizados e o apoio a ações de autodeterminação que reduzirão a pobreza. O aumento da violência, da insegurança, dos conflitos e dos desastres exige preparação para lidar com as tendências emergentes de disparidade de gênero nos espaços econômicos institucionais. O acesso a serviços financeiros deve ser ampliado, as práticas de empréstimos predatórios devem ser eliminadas, a proteção ao consumidor deve ser garantida e o orçamento sensível ao gênero deve ser adotado. Os doadores e patrocinadores precisam rever a forma como os subsídios e os recursos financeiros são concedidos, pois raramente chegam a grupos locais de mulheres.

O IFBPW acredita que há potencial para colaboração prioritária e ação agressiva de governos, instituições financeiras, setores privados e sociedade civil para promover medidas de maior equidade por meio de legislação e regulamentação do setor privado. As ações eliminarão as práticas discriminatórias proibitivas para incluir as mulheres nos órgãos financeiros e de tomada de decisões políticas com liderança equitativa, influenciando os títulos econômicos como ambientes propícios para o pleno desenvolvimento social de mulheres e meninas.

Os impactos negativos acumulados da pandemia da COVID-19 e os ajustes fiscais anteriores devido aos altos níveis de endividamento geram uma necessidade adicional de recursos públicos para atender às necessidades de saúde e proteção social da população. Soluções pertinentes aumentarão a capacidade dos países de baixa e média renda de mobilizar recursos suficientes para investir em serviços públicos essenciais e garantir a realização dos direitos humanos, incluindo direitos à saúde, à seguridade social e à alimentação, todos garantidos pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A reatribuição dos direitos de tributação com base na receita fornecida provavelmente reduzirá a base tributária e diminuirá o financiamento do programa de apoio público. Isso tende a aumentar a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, limitar a realização dos direitos humanos e aumentar a pobreza. Além disso, a implementação pode constituir um retrocesso na implementação dos direitos se resultar na redução das receitas fiscais dos países em desenvolvimento. As alternativas a serem consideradas são a proposta do G-24 sobre Presença Econômica Significativa 11 e outras que podem não resultar em redução de receitas, evitando, assim, possíveis medidas retrógradas. Observe que os desafios tributários podem surgir da digitalização da economia; as soluções tributárias precisam da maximização dos benefícios para que os países em desenvolvimento fortaleçam o acesso institucional e o financiamento com perspectiva de gênero, contornando o fortalecimento institucional sem financiamento de gênero.

As poli crises globais afetam a saúde e os eventos climáticos extremos, como secas e inundações, podem contribuir para deficiências físicas e mentais de curto e longo prazo. Globalmente, 108/191 países, onde vivem 3,7 bilhões de mulheres e meninas, ou 94% da população feminina mundial, enfrentam uma exposição muito alta a inundações. 53/191 países, onde vivem 1,5 bilhão de mulheres e meninas, 37,2% da população feminina mundial, enfrentam alta exposição a secas, UNDESA 2022. A sinergia global orienta o reforço para liberar benefícios econômicos e sociais, mas deve considerar que o acesso à saúde e à saúde mental ajuda a combater a pobreza, a degradação ambiental, a justiça restaurativa e apoia a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

Reiteramos a necessidade de eliminar a segregação ocupacional, abordando barreiras estruturais, estereótipos de gênero e normas sociais negativas para promover a participação igualitária das mulheres nos mercados de trabalho, no treinamento educacional e nos campos emergentes: ciência, tecnologia, engenharia, matemática e tecnologia da comunicação.

A igualdade na distribuição de riqueza e o acesso a ativos precisam de engajamento democratizado por meio da tecnologia para ampliar as narrativas globais das mulheres, incluir o ativismo de grupos marginalizados e apoiar ações de autodeterminação que fortaleçam o combate à pobreza. O aumento da violência, da insegurança, dos conflitos e dos desastres exige preparação para abordar as tendências emergentes de disparidade de gênero nos espaços econômicos institucionais. Ampliar o acesso universal a serviços financeiros, regulamentar práticas de empréstimos predatórios, garantir a proteção do consumidor, o emprego, a inclusão financeira de mulheres e meninas, adotar orçamentos sensíveis ao gênero para planos e políticas. Os doadores e patrocinadores devem rever as formas de concessão e outros recursos financeiros, pois dificilmente atingem grupos locais de mulheres (< 1%). A IFBPW e seus parceiros publicarão recomendações para isso ainda este ano.

A IFBPW dedica-se a promover atividades que acelerem a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, por meio da educação e do treinamento em uma abordagem de aprendizagem contínua, enfrentando a pobreza e fomentando o financiamento com uma perspectiva de gênero, em políticas, governança e disparidades. A liderança feminina é fundamental para a criação de um mundo mais sustentável, justo e democrático, além de promover os direitos das mulheres, especialmente em meio a conflitos e desastres.

O avanço da igualdade de gênero por meio da inclusão de reformas nas políticas de disparidade de gênero e nas funções de liderança, garantindo acesso equitativo a recursos e oportunidades para capacitar as mulheres em cargos de tomada de decisão.

Condenamos todas as formas de violência e exploração contra mulheres e meninas e nos concentramos nas pessoas afetadas de forma desproporcional pelas crises ambientais, de conflito e de migração. Os Estados Membros devem concordar com políticas, recursos, práticas institucionais e regulamentações para acabar com a violência e a exploração contra mulheres e meninas. Em nome das comunidades indígenas e marginalizadas por práticas prejudiciais, defendemos medidas de proteção e sanções.

A missão da IFBPW é confrontar as disparidades duradouras de gênero e as desigualdades históricas em vários domínios de políticas e funções de liderança. Defendemos a abordagem das disparidades de gênero e das desigualdades históricas com políticas inclusivas como retificadoras, garantindo o acesso equitativo a recursos, oportunidades e posições de tomada de decisão. As violações de racismo, discriminação e xenofobia, incluindo o racismo ambiental na migração, afetam as populações negras, indígenas e marginalizadas e exacerbam a degradação ambiental e a desigualdade. A IFBPW se posiciona contra toda discriminação, defendendo a distribuição equitativa de recursos, proteções sociais específicas de gênero, justiça corretiva, ações climáticas e econômicas para combater o impacto desproporcional da pobreza perpétua nas comunidades vulneráveis, especificamente nas mulheres e meninas. Tornar possível a resiliência por meio de uma tomada de decisão inclusiva que aborde as mudanças climáticas, a insegurança da infraestrutura, a insustentabilidade ambiental e a instabilidade econômica exigem a integração de todas as partes interessadas e a consideração dos recursos naturais. Os grupos vulneráveis afetados de forma desproporcional por injustiças históricas devem ter voz na formulação de políticas e ações.

Nosso compromisso com o empoderamento de mulheres e meninas vulneráveis se estende aos esforços multilaterais destinados a salvaguardar os direitos humanos, garantir a segurança hídrica e alimentar e promover a estabilidade global em relação às mudanças climáticas. O multilateralismo democrático ativo, orientado pela ética, pela cooperação e pela equidade intergeracional e intergeracional, é fundamental para enfrentar os desafios multifacetados impostos pelas crises, pela saúde, pelas ameaças às viúvas, pelo envelhecimento das mulheres na população, pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental.

Apelamos aos Estados-Membros e aos atores não estatais para que se unam às coalizões em prol do meio ambiente, da saúde e dos avanços na infraestrutura, como na Chamada para Ação da UNESCO- WWAP para Acelerar a Igualdade de Gênero no Domínio da Água (M1) e para a igualdade de gênero nos domínios da água e do saneamento. Destacamos os projetos da IFBPW que promovem as Metas dos ODS por meio dos Projetos do Clube do Paquistão no fornecimento de moradias, energia alternativa e atividades de plantio verde e limpo que combatem a poluição do ar, doenças transmitidas pela água e mudanças climáticas.

Adotar Códigos Internacionais de Práticas Éticas, garantindo os direitos humanos dos sobreviventes em todas as questões de conflito, violência contra mulheres e meninas e opressão para evitar riscos inerentes à pobreza resultantes de crimes contra a humanidade, incluindo sanções para proteção e compromisso com o financiamento de instituições com Liderança de Sobreviventes (OSCE-ODIHR ISTAC).

Acelerar os esforços multilaterais que promovam a estabilidade global em polícrises para incluir a resiliência climática e iniciativas inclusivas de tomada de decisão de várias parcerias e várias partes interessadas para acelerar a igualdade de gênero e o empoderamento de meninas e mulheres.

A IFBPW reafirma a solicitação ao Secretário-Geral (A/Res 76/6) para informar e facilitar a participação significativa de mulheres e meninas em todos os estágios de planejamento e desenvolvimento de políticas sobre impactos ambientais, inovação e avanços na saúde para abordar a eliminação da pobreza, levando em conta as necessidades diferenciadas ao desenvolver soluções e prevenções em recomendações concisas e orientadas para a ação.

As discussões práticas da Cúpula do Futuro, a ser realizada em setembro de 2024, sobre a preparação das modalidades de financiamento devem priorizar as contribuições para o acesso das mulheres às proteções sociais e à redução da pobreza como parte das reformas da arquitetura financeira internacional para instituições fortes.